

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**SETOR LITORAL**

**Maria Cristina kupczyk**

**Histórico da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do  
Município de Guaratuba - de sua fundação aos dias atuais.**

**MATINHOS**

**2016**

**Maria Cristina Kupczyk**

**Histórico da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE  
do Município de Guaratuba - de sua fundação aos dias atuais.**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao Curso de Especialização “A Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar” da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, sob a orientação da Professora Ione Maria Aschidamini.

**MATINHOS**

**2016**



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Paraná  
UFPR Litoral  
Curso de Especialização em Questão Social  
pela Perspectiva Interdisciplinar




## PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Mestre **IONE MARIA ASCHIDAMINI**, realizaram em **11/06/2016** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **MARIA CRISTINA KUPCZYK**, sob o título *"Histórico da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de Guaratuba - de Sua Fundação aos dias atuais"*, sendo quesito parcial para obtenção do Título de Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar pela Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, tendo recebido conceito **"AFL"**.

Matinhos, 11 de junho de 2016.

  
Prof.ª Ma. Ione Maria Aschidamini

  
Prof. Dr. Luiz Fernando de Carli Lautert

  
Prof. Me. Gilsun Walmor Dahmer

  
Maria Cristina Kupczyk  
Estudante

Conceitos de aprovação  
APL = Aprendizagem Plena  
AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação  
APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente  
AI = Aprendizagem Insuficiente



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde e forças, e permitir chegar até aqui.

Agradeço minha filha Angélica, motivo de toda minha força e vontade em concluir esta especialização.

À minha mãe, obrigada pela colaboração, pela imensa ajuda e suporte, e por toda dedicação.

À Universidade Federal do Paraná – Litoral, direção e administração e demais funcionários, pela oportunidade de realizar o curso.

À Professora, Ione Maria Aschidamini, orientadora deste trabalho, obrigada pelo incentivo, pelo empenho e tempo dedicado, pelos ensinamentos, por transmitir seus conhecimentos e por fazer parte desta caminhada. Será sempre lembrada com muito carinho.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha formação, obrigada pela dedicação e ensinamentos. Muito obrigada!

À minha turma, a qual sentirei saudades. Dedico um agradecimento especial à minha amiga Celia Pietrobeli. Amizade para sempre!

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte desta caminhada. Agradeço imensamente!

## **RESUMO**

O tema aprofundado é a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Guaratuba, Município do Estado do Paraná, e para que possamos compreendê-lo, iniciamos com a história da formação da sociedade brasileira. A pesquisa foi realizada através de estudos para que pudéssemos averiguar sua origem e seus fundamentos.

A escolha do tema se deve que, durante o período do Curso de Especialização em “Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar”, a partir de observações e estudos realizados, levantei questionamentos quanto ao contexto do Movimento Apaeano no Estado do Paraná e no Brasil, o qual levou-me a uma maior reflexão e estudo sobre o assunto durante a realização deste trabalho.

Ao longo deste trabalho foram analisados e destacados alguns pontos, entre eles: visão da sociedade sobre o deficiente através dos tempos; o movimento histórico da APAE no Brasil; o movimento histórico da APAE no Estado do Paraná; histórico da APAE – Guaratuba. Como resultado temos o entendimento do movimento Apaeano.

**Palavras-chave:** Deficiência mental. Inclusão. Instituição. APAE.

## **Resumen**

La cuestión más profunda es la Asociación de Padres y Amigos de Niños Excepcionales (APAE) de Guaratuba, Paraná estado de la ciudad, y por lo que podemos entender, que comenzó con la historia de la formación de la sociedad brasileña. La encuesta fue realizada a través de estudios para que pudiéramos determinar su origen y sus fundamentos.

La elección del tema se debe a que durante el curso de especialización del período de “Cuestiones Sociales en perspectiva interdisciplinaria”, a partir de observaciones y estudios, plantea preguntas sobre el contexto del Movimiento Apaeano en el Estado de Paraná y en Brasil, la cual me llevó a una mayor reflexión y estudio sobre el tema durante este trabajo.

A lo largo de este trabajo se analizaron y destacó algunos puntos, entre ellos: la visión de la sociedad de las personas con discapacidad a través de las edades; movimiento histórico de la APAE en Brasil; la APAE del movimiento histórico en el Estado de Paraná; la historia APAE – Guaratuba. Como resultado tenemos la comprensión del movimiento Apaeano.

**Palabras clave:** Discapacidad mental. Inclusión. Institución. APAE

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE</b>	
1.1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA.....	08
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	
2.1 CONCEITO DE DEFICIÊNCIA MENTAL.....	13
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>PERCURSO HISTÓRICO DO MOVIMENTO APAEANO</b>	
3.1 HISTÓRIA DO MOVIMENTO APAEANO NO BRASIL.....	23
3.1.1 PERÍODO COLONIAL .....	27
3.1.2 OS INSTITUTOS NO IMPÉRIO .....	28
3.1.3 A REPÚBLICA E AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL.....	28
3.2 HISTÓRIA DO MOVIMENTO APAEANO NO PARANÁ.....	29
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>PERCURSO HISTÓRICO DA APAE – GUARATUBA</b>	
4.1 HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO.....	32
4.2 ESPAÇO FÍSICO – PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESPECIAL.....	34
4.3 ESPAÇO FÍSICO.....	34
4.4 ESPAÇO E ESTRUTURA PEDAGÓGICO-ADMINISTRATIVO.....	35
<b>METODOLOGIA DE PESQUISA</b>	
5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	36
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>

## **Introdução**

Pretendemos estudar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Município de Guaratuba, no Estado do Paraná, à qual devemos sua fundação às professoras de Deficiência Auditiva Dirlei Soeli Nicco krebs e Arlete Pereira do Nascimento. Esta instituição, desde o ano de 1988, possui importante e relevante atuação no Município, justificando assim, o estudo de sua história.

Procura-se com este estudo, contribuir para colocar em evidência, por quais dificuldades o movimento apaeano passa e quais acontecimentos mais marcantes aconteceram entre os anos de 1954, que corresponde à fundação da primeira APAE no Brasil, e ao ano da fundação da APAE – Guaratuba.

Aproveito também, para mencionar a intenção de, em um futuro, prestar serviços como Assistente Social nesta instituição, por se tratar do mesmo Município ao qual resido atualmente.

A problematização foi construída a partir de observações e estudos realizados como acadêmica do Curso de Serviço Social. Durante este período de curso, levantei questionamentos quanto ao contexto do movimento apaeano no Estado do Paraná e no Brasil.

Quanto aos objetivos, o geral refere-se a reconstruir a trajetória histórica da APAE do Município de Guaratuba.

Os objetivos específicos são reconstruir o contexto do movimento apaeano no Estado do Paraná e no Brasil, analisando assim, qual a contribuição que este movimento deixa à sociedade. A metodologia usada trata-se inicialmente de um levantamento bibliográfico, buscando obras que tratam sobre o tema proposto. A pesquisa bibliográfica é fundamentada teoricamente em livros, leis, artigos científicos, teses e em bases on line, entendemos ser uma pesquisa exploratória.

Os procedimentos metodológicos utilizados no trabalho foram fundamentados na utilização do método qualitativo.

As dificuldades e limites desta pesquisa dizem respeito a algumas razões, entre elas a dificuldade de obras que tratem sobre o tema.



O presente trabalho encontra-se organizado em 04 capítulos, seguidos pela consideração final.

No primeiro capítulo, fazemos uma abordagem sobre o caminho histórico do Município de Guaratuba, partindo de 1765, ano de sua origem, passando pela fundação da Vila de São Luiz da Marinha de Guaratuba e o primeiro ato a celebração da Santa Missa no dia 29 de abril de 1771. No dia 3 de abril do mesmo ano, foi levantado o pelourinho e no ano de 1792, a Vila elege seu primeiro Prefeito, até finalmente pela Lei nº. 2 de 10 de outubro de 1947, ser oficialmente instalada como município em 25 de outubro do mesmo ano.

Apresentamos seus aspectos geográficos, praias e ilhas. Mostramos seus principais pontos turísticos, entre estes, a parte histórica da cidade e finalizamos o primeiro capítulo citando a economia do município, tendo destaque o turismo e a pesca artesanal.

No segundo capítulo pretendemos demonstrar a trajetória histórica do tratamento dado aos deficientes até os dias atuais.

O terceiro capítulo tem como objetivo a análise do movimento apaeano no Brasil, com a fundação da primeira APAE, no ano de 1954, em nosso país, apresentamos também, o resgate histórico do movimento apaeano no Estado do Paraná, analisando a APAE de Curitiba, sendo esta, a primeira e maior APAE do Estado do Paraná.

Finalmente no quarto capítulo deste trabalho, expomos o histórico da fundação da APAE – Guaratuba.

## **1.CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE**

### **1.1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA**

No ano de 1765 originou-se Guaratuba, a partir da ordenação da coroa portuguesa de criar um povoado na enseada, selecionando 200 casais para povoarem o local.

Segundo Mafra (1952),

O bando mandado lançar por Dom Luís em 5 de Dezembro de 1765, para a formação da nova povoação, convidava 200 casais de homens para cultivarem as terras descobertas, ordenando que toda pessoa que quizesse entrar no número dos duzentos casais se apresentaria ao Sargento Mor das Ordenanças, para lhes demarcarem as terras de que carecessem e dar-se lhes as

ferramentas necessárias, segundo as possibilidades que cada um tivesse (MAFRA, 1952, p. 33).

Após passarem cinco anos, foi fundada a Vila de São Luiz da Marinha de Guaratuba. O Rei de Portugal, D. José I, auxiliado pelo Marquês de Pombal, através de recomendação datada de 26 de janeiro de 1765, exigiu ao Capitão Geral da Capitania de São Paulo, D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão que fundasse vias e povoados em pontos mais convenientes aos sítios volantes ou dispersos, para morarem em povoações civis. Através da portaria de 05 de Dezembro do mesmo ano, D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, atribuiu seu primo Afonso Botelho de Sam Payo e Souza, Tenente Coronel das Tropas Auxiliares, de formar uma povoação na enseada de Guaratuba. Desse modo, foi determinado aos 200 casais, que demarcassem as terras de que necessitavam, de acordo com as oportunidades de cada um e as cultivassem.

No dia 13 de maio de 1768, D. Luiz concedeu os favores pedidos pelo fundador da nova povoação, os quais consistiam na criação e conservação de uma igreja, enviando assim, monumentos para a nova igreja. Cita Mafra (1952), que “os moradores de Guaratuba representaram ao Governador da Capitania sobre a necessidade de haver aí uma Igreja onde pudessem receber o Pasto Espiritual” (MAFRA, 1952, p. 34).

Necessidade de ordem militar, sobretudo a tentativa de ocupação da Ilha de Santa Catarina em 1768 por forças espanholas, levaram o Governo da Capitania à execução de medidas preventivas no setor meridional da Capitania de São Paulo, manifestando a necessidade da elevação de Guaratuba à categoria de Vila.

Cumprindo a Portaria de 23 de janeiro de 1770, do Governador Geral de São Paulo Tenente-Coronel Afonso Botelho de Sam Payo e Souza, de D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, em companhia de Lourenço Maciel Azamor – Ouvidor Geral da Comarca, do Capitão Francisco Aranha Barreto, do Tenente Joaquim Coelho da Luz, oficiais e soldados, juntamente com os esmaritas, Francisco e mais Bento Gonçalves Cordeiro e a população, fundou a Vila de São Luiz da Marinha de Guaratuba.

Ainda de acordo com o mesmo autor (1952), no dia 29 de abril de 1771,

deu-se a solenidade de fundação da Vila, e como primeiro ato a celebração da Santa Missa pelo pároco Bento Gonçalves Cordeiro, auxiliado pelos padres Frei João de Santana Flores e Francisco Borges.

No dia 30 de abril de 1771, foi levantado o Pelourinho, solenidade que terminou com uma missa oficiada pelo pároco local, o vigário Bento Gonçalves Cordeiro.<sup>1</sup>

Conforme Mafra (1952), mais tarde, realizou-se a eleição da primeira Câmara Municipal, com aprovação do fundador da Vila e do Ouvidor Geral, ficando constituída pelo Alferes Antonio Carvalho Bueno, Juiz Manoel de Miranda Coutinho, Vereador José Martins Ferreira, o Procurador do Conselho e alcaide Gregório Francisco, e o Escrivão da Câmara Constantino José Cardoso (MAFRA, 1952, p. 45).

A Vila de Guaratuba permaneceu dirigida pelos vereadores e assistida pelo Presidente da Província até a Proclamação da república, quando passou a eleger seu primeiro prefeito, que assumiu o cargo em 1792. Continuando assim, até a data de 20 de outubro de 1838, quando por força do Decreto Lei Estadual nº 7572, foi extinto o Município de Guaratuba, passando a constituir um Distrito Municipal de Paranaguá. Pela Lei nº 2 de 10 de outubro de 1947, foi recuperado o Município de Guaratuba, sendo instalado oficialmente no dia 25 do mesmo ano.

O nome “Guaratuba” foi dado pelos índios que habitavam a região na época do descobrimento do Brasil. Significando muitos guarás, devido à grande quantidade de pássaros guarás, uma ave de plumagem vermelha, onde atualmente pouquíssimas são vistas na região. GUIRÁ significa a ave, a garça e

---

<sup>1</sup> Trecho do Termo de Levantamento de Pelourinho, escrito por Joseph Joaquim da Costa, Escrivão da Ouvidoria Geral, cita que “aos trinta dias do mês de Abril de mil setecentos e setenta e um anos, nesta Vila Nova de São Luiz de Guaratuba, na praça Pública, dela, onde se achava presente o Tenente Coronel Ajudante das Ordens Afonso Botelho de Sam Payo e Souza o Ouvidor Geral da Comarca Lourenço Maciel de Azamor, comigo, escrivão do seu cargo adiante nomeado, a Câmara do Rio de São Francisco, o Capitão Mór, Sargento Mór, o Diretor da mesma Vila, o reverendo vigário dela Padre Comissário Frei João de Santana Flores, o Padre Francisco Borges, o Capitão Francisco Aranha Barreto, o tenente Joaquim Coelho da Luz e toda a mais nobresa e povo, e sendo aí pelo dito Tenente Coronel foi proferido que êle devia ser o primeiro mais principal que pegassem no pelourinho a levantá-lo em obséquio do aumento dos Estados de S. M., e pegando êle Ouvidor e Camaristas, pegaram todos os mais” (JOAQUIM DA SILVA MAFRA, 1952, p. 41).

TUBA significa muito.

Segundo o Portal Oficial da Prefeitura do Município de Guaratuba, em se tratando dos aspectos geográficos, Guaratuba está localizada no litoral paranaense, distante 120 km da capital Curitibana, possui 22 Km de orla dividida em 06 (seis) praias: Villarreal, central, Cristo, Brejatuba ou Braba, praia das Caieiras e a prainha. Sua área é de 1.327,3 Km, e a população estimada era de 32.095 habitantes, no ano de 2010.

A Baía de Guaratuba é segunda maior do Estado do Paraná. Sendo a primeira a Baía de Paranaguá. Localizada no litoral sul do estado, com uma área de 48,57 Km. Ilhas, mangues, vegetação típica e rios, fazem parte dessa paisagem da natureza, e era o único acesso que a comunidade possuía para chegar à antiga Vila no começo da colonização. A cada nove dias a água da baía é renovada através das ações das correntes e no processo de vazante e enchente da maré, em atribuição do tamanho do canal da entrada da barra, este é o tempo mínimo para uma limpeza natural ideal. Na baía encontram-se várias ilhas, entre estas: Ilha do Capim, Ilha das Garças, Ilha dos Ratos, Ilha do Capinzal, Ilha de Itacolomi, Ilha do Chapéu e outras. A Ilha do Capim era conhecida anteriormente pelo nome de Guará, por ser preferida para o pouso de aves do mesmo nome.

Os municípios limítrofes ao município são: ao norte encontra-se Morretes e Paranaguá. Ao sul, o município de Itapoá em Santa Catarina, ao leste Matinhos e a Oeste os municípios de São José dos Pinhais e Tijucas do Sul.

O Município de Guaratuba é uma cidade turística, com uma grandeza de belezas naturais e atrações turísticas. Entre estas atrações, sendo uma das mais importantes e um símbolo para o município, encontra-se um mirante natural, o Morro do Cristo. Este oferece uma bela paisagem do Oceano Atlântico e uma vista de toda a cidade. Sua inauguração ocorreu no dia 23 de junho de 1953. Possui 38,50 metros de altura, e o acesso ao alto do morro é feito por uma escadaria com 190 degraus. Situa-se no alto, uma imagem do Cristo Redentor com 8,50 metros, que tem um braço estendido em direção à cidade, e outro sobre o corpo, com a mão no coração. Esta imagem foi doada ao município no ano de 1952 pela família João Cândido Ferreira. Cita-se como curiosidade que no coração da imagem foi colocado um frasco contendo água benta. Em 13 de maio de 2000, a imagem foi deslocada de sua base inicial, ganhando um

pedestal de 6,5 metros de altura, com uma sala de memória, oratório e mirante.

O contato com a natureza também acontece no Salto do Paraty. É um recanto do município, que possui uma cachoeira, onde forma-se embaixo desta, uma lagoa de água cristalina. O recanto é ladeado pela Mata Atlântica integralmente preservada, possui trilhas, é de difícil acesso, sendo feito apenas de barco, moto, bicicleta ou a pé.

Outro local em grande equilíbrio com a natureza, onde também encontra-se a Mata Atlântica, rios, mangues e montanhas, é o Cabaraquara, que na língua Tupy / Guaraní significa: ninho ou lugar de branco. Ostras nativas cultivadas no local e certificadas, são servidas em sítios e restaurantes ali instalados.

Podemos ainda pesquisar no Portal Oficial da Prefeitura do Município de Guaratuba, a Gruta Nossa Senhora de Lourdes, a qual situa-se no logradouro chamado Fonte do Itororó, na inclinação do Morro do Pinto. É uma fonte de água pura e cristalina, que abasteceu a comunidade por várias décadas até a fundação da rede de abastecimento em 1974. Têm-se conhecimento de que nunca faltou água nesta fonte. A imagem de Nossa Senhora de Lourdes abençoa este largo desde 30 de julho de 1935. Conta uma lenda que sua água é “benta”, e quem a bebe, sempre retorna à cidade.

Situado no bairro Centro do município, o Largo da Carioca, onde uma fonte de água potável abasteceu a população que aqui se estabeleceu. Neste Largo encontra-se a imagem de São Luis de França, padroeiro de Guaratuba.

São Luis nasceu no Castelo de Poissy, na França, no dia 25 de abril de 1215 e foi canonizado em 1927 pelo Papa Bonifácio VIII. São Luis foi o quadragésimo Rei da França desde o início da monarquia, e nunca a França experimentou tanta paz e progresso como em seu período.

Próximo ao Largo da Carioca, na parte histórica de Guaratuba, está situada a Praça Coronel Alexandre Mafra, conhecida também como Praça Central.

O município também possui construções históricas, que são pontos turísticos, como a Matriz Nossa Senhora do Bom Sucesso, que no ano de 1768 começou a ser construída. Foi desenhada por Afonso Botelho e construída pela comunidade, é de arquitetura religiosa colonial, suas paredes tem quase um metro de largura e apresenta um exterior simples de alvenaria, assim como eram as demais igrejas litorâneas da época. Igreja pequena, da segunda metade do

século XVIII, recebeu a benção do Reverendo Bento Gonçalves Cordeiro no dia 28 de abril de 1771, e no dia 29 de abril celebraram a primeira missa, data de comemoração do município. Durante um período de 86 anos, os sepultamentos eram realizados na Matriz, assim, várias ossadas foram retiradas durante a reforma da igreja na década de 30.

Quanto à economia, o Município de Guaratuba, possui terras produtivas onde são plantados milho, mandioca, cana-de-açúcar, arroz, laranja, banana, que atualmente faz parte da maior plantação do município. A pecuária ressaltase com rebanho de búfalos. A pesca, ainda artesanal, possui grande evidência sendo uma das suas principais fontes de riqueza. No setor terciário, o turismo, apesar de ser sazonal, também constitui fonte de receita para o município. Guaratuba é visitada anualmente por turistas de todo o país e também do exterior.

O Município conta também, com a secretaria executiva dos Conselhos, a qual é composta pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA; Conselho Municipal dos Direitos da pessoa idosa – CMDPI e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD. As reuniões dos Conselhos acontecem todos os meses e são abertas à comunidade em geral.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 CONCEITO DE DEFICIÊNCIA MENTAL**

De acordo com FACION (2009),

Desde seis milhões de anos atrás, quando nós, homens e mulheres, descemos das árvores, conseguimos criar, com os nossos atuais cerca de 80 a 100 bilhões de neurônios, uma série de avanços que nos trouxeram uma melhor qualidade de vida material e um aumento de nossa longevidade (FACION, 2009, p. 05).

Desse modo, percebe o mesmo autor, que os avanços realizados por nosso cérebro são notáveis.

No ano de 1496, o Papa Inocêncio VIII, ao elaborar uma bula papal, explicando deste modo, a intolerância aos cristãos e a pena de morte de pessoas com qualquer deficiência ou transtorno mental. Nesta época, compreendia-se que

isto indicava a presença do demônio dentro do homem, impondo que milhares de pessoas fossem enforcadas, queimadas em praça pública, afogadas ou condenadas às prisões nos porões dos castelos, permanecendo este período por mais de duzentos anos.

Outras formas de compreensão dos homens, além das crenças religiosas, a qual mencionamos, compreende também, o entendimento errado que muitos mantêm afirmando que pessoas deficientes são um peso para a sociedade por não produzirem bens materiais e, em certos casos, representarem um risco de transmissão de doença.

De acordo com o mesmo autor, apesar de todo um olhar pessimista, continuamos considerando que é possível modificar o mundo e o nosso método de pensar.

Cita este que

Várias tentativas técnicas, científicas, humanistas e humanizadas conseguiram/conseguem levar o próprio homem a perceber de modo diferente sua relação tanto com o mundo como consigo mesmo, portanto, a compreender que é possível viver em um mundo mais fraterno, mais tolerante e mais democrático (FACION, 2009, p.07).

Atualmente, discriminar uma pessoa pelo motivo desta viver com uma deficiência física e/ou mental não é mais admissível. A busca por uma sociedade de igualdades, resultou a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, retratando um movimento internacional em que o Brasil é subscritor. A referida declaração representou um marco na história dos direitos e das garantias individuais e coletivas do homem em todo o mundo.

Diz o Art. 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Facion (2009), analisa que

O que ficou tutelado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi adotado na condição de princípios fundamentais a serem considerados quando da elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (FACION, 2009, p.55).

Para o autor, o art. 5º da Constituição e seus 78 incisos, princípio do ordenamento jurídico brasileiro, legitimem a procura por uma sociedade justa, idealizada na citada declaração.

A pesquisa histórica esclarece mais que o avanço de uma definição científica, quanto ao conceito de deficiência, em que se traduz também, o posicionamento das distintas culturas e sociedades para com seus componentes.

Nas sociedades antigas e medievais, que propagavam a eliminação ou o abandono dos deficientes mentais, estes eram considerados subumanos. Ao passar pelo cristianismo, eles ganham alma no espaço teológico.

De acordo com o mesmo autor

A marca CARIDADE-CASTIGO define a atitude medieval diante da deficiência. A caridade protege o deficiente no asilo e também o esconde e o isola; por outro lado, o castigo o protege, é a forma de salvar sua alma (FACION, 2009, p. 80).

O destaque na compreensão científica, no renascimento, torna-se o principal sentido das ações médicas realizadas com humanos que começam, na ocasião, a serem considerados como doentes. Assim, a deficiência passa a ser entendida como uma doença física, tendo como manifestações comportamentais os seus sintomas. Com os fundamentos médicos, anatomistas e juristas, um novo conceito de deficiência intelectual começa a ser formado.

Pessoas com deficiência intelectual eram mencionadas pelo estado de comprometimento de sua atividade mental, sendo acreditadas irrecuperáveis e sua deficiência inconversível. Tendo estas pessoas como futuro, os asilos e hospícios.

Ceccin afirma que

a virada na informação sobre a deficiência intelectual ocorre quando seus determinantes são procurados na história das experiências das pessoas com deficiências. Nesse ponto a história se bifurca. De um lado, surge o organicismo, que marca o fim do dogma teológico na deficiência intelectual, capturando-a, no entanto, pela psiquiatrização (Ceccin, apud Facion, 2009, p. 80-81).

Iniciativas precursoras como as de Maria Montessori, Pestalozzi, Esquirol, fizeram despontar de outro lado, a Educação Especial.

No Brasil, métodos utilizados para definição de deficiência mental guiam-se na classificação educacional com forte presença da definição norte-americana, sendo esta proposta pela Associação Americana de Retardo Mental – AAMR, de 1983. Determina-se por um desempenho intelectual consideravelmente abaixo da média; forma-se na fase de desenvolvimento; convive juntamente com limitações em duas ou mais áreas dos procedimentos adaptativos, sendo estes a comunicação, lazer e trabalho, os cuidados pessoais, vida no lar, desempenho na comunidade, habilidades



sociais, independência na locomoção, saúde e segurança, habilidades acadêmicas funcionais.

O coeficiente de inteligência (Q.I.) permanecendo no centro da definição, prolonga-se até a década de 1990.

Também da AAMR, o SISTEMA 2002, atribui destaque a uma compreensão funcional da deficiência mental, analisada nos seguintes aspectos: procedimento adaptativo; capacidades intelectuais; relações e papéis sociais; saúde e conjuntura.

Expressa-se assim um avanço na definição, em que cita Facion

embora a perspectiva de inteligência, mesmo depois desse período, pareça ter muito a avançar, pois o que observamos é que se reafirmam os dois critérios historicamente dominantes na definição da deficiência intelectual: o critério psicométrico e o critério do comportamento adaptativo.  
(FACION, 2009, p. 83).

Foram métodos estabelecidos durante anos como elementos para a identificação da deficiência, e estes se traduzem na capacidade de aprendizagem e nas referências de independência pessoal e compromisso social previsto para o grupo social ao qual o indivíduo pertence e a idade.

Entende-se como critério psicométrico à mensuração da capacidade geral ou de aptidões próprias das pessoas e está reproduzido nas avaliações de Q.I. (coeficiente de inteligência) e idade mental. Quanto ao critério do comportamento adaptativo diz respeito à independência social e pessoal consentindo que o indivíduo adapte-se a seu grupo familiar, de amigos, escolar, principalmente quanto à comunicação, aos autocuidados e à locomoção (FACION, 2009, p. 84).

Percebe-se que antes mesmo do indivíduo nascer, a exclusão deste, já pode começar. Podemos exemplificar certas condições como: a moradia imprópria, as doenças crônicas, um longo período de desemprego, tendo suas raízes na pobreza, a essas crianças são negados recursos e possibilidades acessíveis às outras crianças, as quais podem enfrentar outros problemas resultantes de raça, religião ou de sua deficiência. Muitas crianças iniciam e acabam sua infância em situação de exclusão social e com rendimento educacional muito baixo, continuam assim, às mesmas condições que viveram desde melhor.

Mittler, constata que devemos pensar de uma forma mais ampla, para que possamos assegurar que as necessidades das crianças com deficiência sejam atendidas em um serviço.

Assim na análise do autor, este cita que

a forma de pensarmos a inclusão nos primeiros anos de vida apresenta um foco estreito de referência às necessidades educacionais especiais desse período como sendo um assunto para tratar das necessidades de crianças com deficiência (MITTLER, apud FACION, 2009, p. 113).

Quanto aos serviços indicados a todas as crianças, sejam estas com deficiência ou não, as necessidades devem ser entendidas no cenário das questões financeiras e políticas.

O mesmo autor, ainda sugere, que mesmo para crianças com necessidades educacionais especiais como para crianças com deficiências, devem ser analisados os demais aspectos: assegurar que todos os serviços de educação infantil devam ser apropriados para perceber e atender as necessidades especiais; possuir informações sobre cuidados para com essas crianças e sobre serviços de educação infantil que estejam à disposição na localidade, direcionados para crianças com necessidades especiais ou com deficiências; projetos de cooperação para que os serviços se tornem mais unidos; explicação e suporte à disposição dos pais e profissionais das áreas de cuidados com a criança e de educação infantil para crianças com deficiência ou necessidades educacionais especiais; pormenores a respeito de qualquer especialista à disposição no local, na área de educação infantil e de indivíduos que trabalham na área de atenção com a criança com necessidades educacionais especiais ou com deficiência.

Diante da inclusão, projetos que acolhem aos primeiros anos da infância, maternal, creche ou serviços qualificados de assistência social e de saúde, necessitam sofrer alterações. Fatos importantes para a análise dessas mudanças podem ser apontados, entre estes, a mudança nos métodos dos programas, podendo assim, corresponder à presença da diversidade e planejar para uma educação inclusiva.

Centros de serviços especializados e serviços de educação, devem possuir um planejamento compartilhado, tendo também a cooperação dos pais e o preparo continuado dos profissionais integrados, visando a inclusão no sistema regular de ensino.

A escola é encaminhada a refletir seus princípios, reestruturar seu sistema, seu projeto, aprender com as diferenças e aprender a atender às dificuldades dos

alunos. Desse modo, a escola especial, deve também, apontar indicadores de modificações, desenvolvendo uma rede de profissionais de apoio.

A escola deve converter-se em um espaço inclusivo, cumprir com seu dever social, educativo, buscando pela educação nas diferenças. Para Facion (2009), o movimento de inclusão, exige também, a percepção da necessidade de empenho por uma sociedade mais emotiva, que espera conviver com as diferenças e aprender com estas.

Sassaki explica que aproximadamente no ano de 1985, em países mais desenvolvidos, foi que o movimento de inclusão começou, tomando força na década de 1990 nos países em desenvolvimento e formou-se fortemente, em todos os países, nos primeiros dez anos do século XXI (SASSAKI apud FACION, 2009, p.188).

Facion (2009), cita quatro fases diferentes, a primeira, “Fase da exclusão”, em que a maior parte das pessoas com deficiência e outras condições era considerada como desmerecedor da educação escolar. A Igreja reprovou essas ações durante a Idade Média, mas, também concebeu a idéia de atribuir à princípios sobrenaturais as anormalidades pelas quais as pessoas enfrentavam.

No século XVII, os deficientes mentais, eram internados em hospícios, orfanatos e outros estabelecimentos estatais. Somente no final do século XVIII e princípio do século XIX, deu-se início à fase da institucionalização especializada, adequada às pessoas com necessidades educativas especiais, sendo que, a partir desta época pode-se acreditar ter despontado a Educação Especial.

A segunda fase, chamada de segregação, começou no século XX, com o atendimento às pessoas deficientes com necessidades educativas especiais, o qual, era realizado em grandes instituições, que ofertavam classes de alfabetização, entre outras atividades. Assim, as escolas especiais crescem em número e diversificam-se em função das diferentes necessidades especiais do ser humano.

Partindo da década de 1970, inicia-se a terceira fase, na qual as pessoas com necessidades especiais começaram a ser admitidas à classe regular. Sendo que, para isto acontecer, deveriam se adaptar não causando problema à situação escolar. No início da década de 1980, surge a quarta fase, fase da inclusão, onde classes regulares eram frequentadas por um maior número de alunos com deficiência (FACION, 2009, p. 188).

## De acordo com Sasaki

O processo mediante o qual os sistemas gerais da sociedade, tais como o meio físico, a habitação e o transporte, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação e de trabalho, e a vida cultural e social, incluídas as instalações esportivas e de recreação, são feitos acessíveis para todos. Isto inclui a remoção de barreiras que impedem a plena participação das pessoas deficientes em todas estas áreas, permitindo-lhes assim alcançar uma qualidade de vida igual à de outras pessoas (SASSAKI apud FACION, 2009, p. 190).

O modelo começa a ser difundido no ano de 1994, sobretudo a partir da Assembléia Mundial, realizada em Salamanca na Espanha, com apoio da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Nesta Assembléia foi discutido o processo de inclusão escolar, tendo a participação de representantes de 92 países e de 25 organizações internacionais.

Ainda conforme o mesmo autor, explica este, que a qAssembléia Mundial, trata-se do mais perfeito texto sobre inclusão na educação, e que em seus parágrafos, esclarece que a educação inclusiva refere-se a todos, e não apenas às pessoas com deficiência, que possuam necessidades educacionais especiais em qualidade específica temporária, descontínua ou perdurável.

Outros movimentos organizados podem ser citados ao longo desta caminhada histórica, como no dia 23 de março de 2002, no qual foi aprovada a formação da Declaração de Madri, escolhendo 2003 como o Ano Europeu das Pessoas com Deficiências. Essa declaração tem como princípio a não-discriminação e atuação afirmativa como fomentadores da inclusão social.

Em outubro de 2002, têm-se a Declaração de Caracas e a de Sapporo. A Declaração de Caracas, manifesta o compromisso em aumentar a qualidade de vida da pessoa com deficiência e de sua família.

A Declaração de Sapporo, composta e dirigida por pessoas com necessidade especial, apontou que, estas se opõem a todas as formas de opressão, e também, almejem uma organização firme e incluída. Após, o ano de 2004 foi escolhido o Ano das Pessoas com Deficiência e suas Famílias.

Esses acontecimentos evidenciam a enorme mobilização mundial em busca de direitos e de uma qualidade de vida às pessoas com deficiência. Desse modo, a inclusão social e escolar tem servido como meios para esse crescimento.

Conforme Correr (2003),

independentemente dos níveis de entendimento, desde os pré-científicos - nos quais imperava a crença no sobrenatural - até os níveis científicos - caracterizados por uma leitura objetiva e empiricamente fundamentada -, a trajetória das pessoas com deficiências inscreveu-se, no processo da história, como um longo capítulo de exclusão e preconceito (CORRER, 2003, p. 24).

Pessoas com deficiência, de acordo com a Convenção dos Direitos das pessoas com Deficiência – ONU – Organização das Nações Unidas (2007),

são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual (mental), ou sensorial (visão e audição) os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2007,p.16).

Acredita Vash, que as pessoas diferentes, evitadas, menosprezadas, sofrem discriminação, principalmente se não possuir ao menos alguma coisa que o maior número das demais têm (VASH apud CORRER, 2003, p. 25).

Já para Verbrugge, a deficiência é um produto decorrente da relação entre o sujeito e as imposições do meio em que ele vive. Sendo que, este meio pode oferecer-lhe condições de participação, ou pode também, desconsiderar suas diferenças e suas dificuldades de acesso (VERBRUGGE apud CORRER, 1994, p. 25).

Podemos assim compreender que, quem estabelece a impossibilidade, o desprestígio e a exclusão das pessoas com deficiência, são as relações definidas entre sociedade e deficiência.

Um método social que prevaleceu por um período longo de tempo, foram os locais denominados de instituições, onde seres humanos considerados indesejados para o convívio social eram trancados.

Explica Goffman (1962), que as instituições se definem como locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si ou que podem representar uma ameaça à comunidade (GOFFMAN, 1962 apud CORRER, 2003, p. 26).

A prática de confinamento de pessoas com deficiências em instituições é declarada como razão de fatores negativos à pessoa e à sociedade.

Santos (1995), refere que

o surgimento oficial dos primeiros indícios do movimento pela integração da pessoa deficiente, na Europa, como decorrente de três fatores: as duas grandes guerras, o fortalecimento do movimento

pelos Direitos Humanos e o avanço científico. (SANTOS, 1995 apud CORRER, 2003, p. 27).

Após as duas grandes guerras mundiais, o retorno e o aumento de pessoas fisicamente enfraquecidas ou deficientes e os espaços deixados pelo alto número de pessoas mortas, podem ter uma ligação. Em junção, estes motivos favoreceram o surgimento de programas de educação, saúde e treinamento exclusivo, tendo como objetivos, a reintegração de tais indivíduos na sociedade e o preenchimento das lacunas da força de trabalho europeia.

No dia 10 de dezembro de 1948, a ONU - Organização das Nações Unidas, proclama a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a qual aponta em seu artigo 1º que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, dotados que são de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros.”

Mas a partir dos anos 60, a compreensão de reintegração destas pessoas que se fazia na razão de preencher espaços ou numa razão paternalista, não mais seria satisfatória. A partir de então, a demanda referente aos deficientes, dar-se a na razão de incluí-los com apoio em seus direitos, enquanto seres humanos e indivíduos provenientes de determinada sociedade.

No ano de 1971, foi promulgada pela ONU – Organização das nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos da Pessoa com Deficiência Mental, a qual cita que “A pessoa deficiente mental tem, na máxima medida possível, os mesmos direitos que os demais seres humanos”.

Ao se passarem quatro anos, no dia 9 de dezembro de 1975, a ONU proclama outra Declaração, sendo esta em defesa dos direitos das pessoas deficientes, a qual mencionava em seu art. 3º

As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível.

Afirma Santos (1995), que o avanço das pesquisas nos campos sociológico, educacional, psicológico e médico, foi permitido pelo avanço científico. Sendo que, a excepcionalidade não obrigatoriamente deveria acarretar em incapacidades (SANTOS, 1995 apud CORRER, 2003, p.).

Um procedimento de mudança tem início na década de 1980, com avaliação ao padrão de serviços, vindo, na maioria, de representantes de portadores de deficiências, sendo que, na década de 1990, o centro de análise é para o tema “qualidade de vida”.

Segundo VREEKE (1997),

a pessoa com deficiência necessitaria adquirir, no decurso de seu desenvolvimento, as habilidades necessárias para compreender aquilo que deseja e necessita, para que tenha uma melhor qualidade de vida (VREEKE, 1997 apud CORRER, 2003, p. 32).

Desse modo, o procedimento incluiria aprender a identificar suas necessidades e também a encontrar espaços para firmar-se e manter-se na sociedade com oportunidades e limites.

O princípio “qualidade de vida”, começou a ser debatido em conjunto ao movimento de inclusão social de pessoas excluídas dos direitos de participação.

Na área da assistência psiquiátrica, à partir da Segunda Guerra Mundial, vem ocorrendo vastas mudanças nos países ocidentais, entre estas, a transformação do asilo e do hospital psiquiátrico, tentando humanizá-los e torná-los terapêuticos.

Conforme análise de Vasconcelos (2006),

A partir dos anos 70, principalmente na Itália, se consolida um outro projeto assistencial que nas décadas seguintes vem revelando um caráter desafiador, mas com experiências sólidas e bem sucedidas, e que vem tendo ampla difusão em todo o mundo: a proposta da desinstitucionalização (VASCONCELOS, 2006, p. 39).

A desinstitucionalização centraliza-se em uma modificação do padrão de conhecimento em saúde mental.

Rosa (2006) cita,

A exclusão social do alienado através do asilamento era vista em sua positividade como uma medida necessária para reconstituir o direcionamento de sua vontade, devolvendo-lhe o controle da razão. Longe da influência do meio e da família, no âmago do alienismo, entendia-se que este poder-se-ia recompor moralmente, retomando o próprio controle (ROSA, 2006, p. 264).

Na atualidade, o asilo passa a ser visto como uma instituição, infringindo os direitos humanos das pessoas com distúrbio mental.

Cita a mesma autora, que de um modo geral, a instituição reproduz a própria cronicidade elaborando um procedimento terapêutico arruinado, gerando e controlando a enfermidade.

Vasconcelos (2006), entende que

o sistema asilar representa como aspecto positivo o que deve ser assegurado com os novos serviços, ou seja, o “direito do usuário a local apropriado de refúgio nos períodos de sofrimento psíquico, e do direito da família à co-responsabilidade pública com o cuidado e tratamento de seu membro com problemas mentais”(VASCONCELOS, 2006, p. 266).

De acordo com o Censo do ano de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 45,6 milhões de pessoas tem algum tipo de deficiência (visual, auditiva, motora e mental ou intelectual).

Em certos Estados, o número de pessoas com deficiência é bem maior que em outros, ocorrendo em função de causas como pobreza, má alimentação, inexistência de políticas de prevenção ou violência urbana.

Podemos observar na Cartilha do Censo (2010), que os dados coletados pelo IBGE, relataram a prevalência dos diferentes tipos de deficiência e as características das pessoas que integram esse segmento da população.

De acordo com a Cartilha (2010), a deficiência foi classificada pelo grau de severidade de acordo com a percepção das próprias pessoas entrevistadas sobre suas funcionalidades.

### **3. PERCURSO HISTÓRICO DO MOVIMENTO APAEANO**

#### **3.1 HISTÓRIA DO MOVIMENTO APAEANO NO BRASIL**

De acordo com a Federação Nacional das APAEs (2006), no dia 11 de dezembro do ano de 1954, foi fundada no Rio de Janeiro a primeira APAE no Brasil, em sessão realizada na Associação Brasileira de Imprensa, sendo a Assembléia presidida pelo Padre Álvaro de Albuquerque Negromonte. O Presidente eleito da APAE foi Henry Broadbent Hoyer.

Chegando ao Brasil nesta mesma ocasião, Beatrice Bemis, integrante do corpo diplomático norte-americano, vinda dos Estados Unidos. Beatrice, mãe de uma portadora de Síndrome de Down, surpreendeu-se por não haver no Brasil,



nenhum trabalho parecido com os que já havia integrado em seu país, chegando a mais de duzentas e cinquenta associações de pais e amigos.

Uma equipe constituída por pais, professores, amigos e médicos de excepcionais, motivados por Beatrice Bemis, fundaram a primeira APAE do Brasil.

A APAE segundo o Manual de Fundação das APAEs,

é uma civil, de assistência social, de caráter filantrópico, com atuação nas áreas da prevenção, educação, saúde, trabalho/profissionalização, garantia de direitos, esporte, cultura/lazer, de estudo e pesquisa e outros, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, com duração indeterminada, tendo sede e foro no município em que estiver situada (Manual de Fundação das APAEs, 2012-2014, p. 06).

No mês de março de 1955, realizou-se a primeira reunião do Conselho Deliberativo, na sede da Sociedade de Pestalozzi do Brasil, dispondo parte de um prédio, para que fosse inserida uma escola para crianças excepcionais, sendo esta, a vontade do professor La Fayette Cortes. Foram formadas nesta sede transitória, duas classes especiais, em um número aproximadamente de vinte crianças.

Com o progresso da escola, inicia a primeira oficina didática de trabalhos ligados à carpintaria para deficientes no Brasil, tendo iniciativa da professora Olívia Pereira.

Outras Apaes surgiram nos anos de 1954 a 1962. No final do ano de 1962, haviam surgido dezesseis Apaes, sendo que, doze destas associações, uniram-se em São Paulo, para concretizarem a primeira reunião nacional entre pessoas responsáveis pelas Apaes. A reunião teve a participação das Apaes de Caxias do Sul, Jundiaí, Curitiba, Natal, Porto Alegre, Muriaé, São Leopoldo, São Paulo, Recife, Volta Redonda, Londrina, e Rio de Janeiro, sendo presidida pelo médico psiquiatra Dr. Stanislaw Krynsky.

O tema “pessoa portadora de deficiência”, foi abordado pela primeira vez no país, onde, algumas famílias trouxeram para o movimento suas vivências

como pais de deficientes e, em certos casos, também como técnicos neste campo.

No dia 10 de novembro do ano de 1962, foi criada a Federação de Apaes, a qual, com sede em São Paulo, no Consultório do Dr. Stanislaw Krynisky, durante um período de vários anos. Seu primeiro presidente foi o Dr. Antonio Clemente Filho, assim, devido à aquisição da própria sede, a Federação foi transferida para Brasília.

De acordo com um trecho do Manual para Novos Dirigentes das Apaes do Estado de Minas Gerais (2010),

Apae é uma associação civil, filantrópica, de caráter educacional, cultural, assistencial, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, tendo sede e foro no município em que estiver situada (MANUAL PARA NOVOS DIRIGENTES DAS APAES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2010, p.09).

O Movimento expandiu-se para outras capitais e depois para o interior dos Estados. As APAEs impressionam a sociedade no geral, por meio de cursos, palestras, encontros e outros, facilitando os procedimentos que asseguram os direitos da pessoa com deficiência. Contam com a participação da sociedade, dos políticos, da indústria, dos profissionais liberais, e de todos que se empenham pelo desenvolvimento da pessoa com deficiência.

As primeiras Apaes fundadas no Brasil foram: Rio de Janeiro – RJ, no dia 11 de dezembro de 1954; Brusque – SC, no dia 14 de setembro de 1955; e Volta Redonda – RJ, no dia 09 de abril de 1956.

Nos dias atuais, a Associação das APAEs, congrega a Fenapaes – Federação Nacional das APAEs. Segundo esta, são 23 Federações das APAEs nos Estados e mais duas mil APAEs distribuídas por todo o Brasil, as quais propiciam atenção integral a cerca de 250.000 pessoas com deficiência. Sendo o maior movimento social do Brasil, na sua área de atuação.

Verificamos no site da Apae Brasil, que a Fenapaes trata-se

de uma organização social sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública federal e certificada como beneficente de assistência social; de caráter cultural, assistencial e educacional, [...] tendo como missão institucional promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o Movimento perante os organismos nacionais e internacionais, para a melhoria da qualidade dos

serviços prestados pelas Apaes, na perspectiva da inclusão social de seus usuários (FENAPAES, s.p.).

Sua participação dava-se em eventos nacionais e internacionais, nos quais foram discutidos com os Ministérios da Educação e Cultura, da Saúde, do Trabalho, da Justiça, da Previdência Social, entre outros. Foram debatidos problemas referentes aos excepcionais e às entidades.

A Federação Nacional realizou uma Exposição de Artes em conjunto ao Congresso Nacional, assim, vinte trabalhos escolhidos em exposições estaduais foram expostos. A primeira Exposição de Artes foi realizada em Teresina –PI e a segunda em Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, e no ano de 1981, foi realizada a primeira ação promocional da FENAPAES, tendo apoio da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Segundo o site da Feapaes - RJ, a estrutura do Movimento Apaeano possui quatro níveis:

1- A APAE do Município, formada pelos pais e amigos, trabalham no espaço do Município em que a associação localiza-se;

2- A Delegacia Regional: estruturam-se em Delegacias Regionais;

3- Federação das APAEs do Estado: as APAEs constituem-se em Federações em cada Estado. São executadas ligações com Secretarias e outras entidades estaduais, realizações de festivais, congressos estaduais e de olimpíadas, sendo a Federação do Estado encarregada por tudo.

4- Federação Nacional das APAEs: É encarregada pela coordenação dos trabalhos do movimento apaeano no âmbito nacional, e pela luta aos direitos do cidadão com deficiência no espaço do país.

De acordo com o site citado anteriormente,

o conjunto formado pela Federação Nacional, compreende 21 Federações dos Estados, 176 Delegacias Regionais e 1.733 APAEs filiadas que formam uma grande rede do maior movimento filantrópico do mundo, na área de defesa de direitos, atendimento e garantia da qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência.

A APAE emprega como símbolo a imagem da flor margarida, com pétalas amarelas, centro laranja, pedúnculo e duas folhas verdes, uma de cada lado, ladeada por duas mãos alinhadas, na cor cinza, assimétricas, uma em posição de amparo e a outra, de orientação, tendo na parte de baixo, vindo do centro, estão dois ramos de louro, incluindo tantas folhas quanto forem os números dos estados brasileiros e mais o Distrito Federal.

Este símbolo não pode ser alterado, pelo motivo de estar registrado no INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial, sob os números 828555877 e 903489473, sendo de propriedade da Federação Nacional das APAEs.

Segundo o Manual de Fundação das APAEs,

A utilização e aplicação do símbolo do movimento apaeano deverá observar cores, proporções, áreas de isolamento, tipografia, formatação das assinaturas, em conformidade com o manual da marca expedido pela Federação Nacional das APAEs (Manual de Fundação das APAEs, 2012-2014, p. 06).

Quanto à bandeira da APAE, esta terá a cor azul, trazendo ao centro o símbolo do movimento apaeano e o nome da APAE, com seu tamanho na proporção de 1 (um) de altura por 1,5 (um e meio) de largura. A fabricação desta, seguindo a aplicação da marca e das cores, deverá estar em concordância com o manual da bandeira enviado pela Federação Nacional das APAEs.

### 3.1.1 BRASIL - PERÍODO COLONIAL

No período colonial, não existiam grandes instituições de internação para pessoas deficientes no Brasil, em razão disto, essas pessoas eram trancadas pela família e, em caso de confusão pública, levadas às Santas Casas ou às prisões.

As primeiras atividades para atender as pessoas deficientes, iniciaram no século XIX. Segundo Mário Céber Martins Lanna Júnior

O contexto do Império (1822 – 1889), marcado pela sociedade aristocrática, elitista, rural, escravocrata e com limitada participação política, era pouco propício à assimilação das diferenças, principalmente as das pessoas com deficiência. (2011).

O Decreto nº 82, de 18 de julho de 1841, definiu que a fundação do primeiro hospital, era “destinado privativamente para o tratamento de alienados”.

O Hospício Dom Pedro II, situado no Rio de Janeiro, era associado à Santa Casa de Misericórdia, iniciando seu trabalho no dia 09 de dezembro de 1852.

No ano de 1854, foi fundado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e, no ano de 1856, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Com a implantação da República, o Hospício Dom Pedro II foi separado da Santa Casa, passando a ser chamado de Hospício Nacional de Alienados.

O primeiro local, atribuído apenas à crianças, foi o Pavilhão – Escola Bourneville, instalado apenas no ano de 1904.

Na primeira metade do século XX, o Estado não proporcionou atividades diferentes para as pessoas deficientes e apenas aumentou para outras cidades, os institutos de cegos e surdos.

### 3.1.2 OS INSTITUTOS NO IMPÉRIO

No decorrer do Período Regencial, no ano de 1835, o deputado da Assembléia Geral Legislativa, conselheiro Cornélio Ferreira França, recomendou que cada província tivesse um professor de letras iniciais para surdos e cegos. A Nação Brasileira, livre de Portugal há 13 anos, passava por uma fase política perturbada e o plano do conselheiro nem ao menos foi debatido na Câmara dos Deputados, sendo retomado somente na década de 1850.

No ano de 1854, foi criado pelo Imperador D. Pedro II, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, para ensinar as crianças cegas do Império, e no ano de 1856, foi fundado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos.

Entende o mesmo autor que

Essas instituições, que funcionavam como internatos, inspiravam-se nos preceitos do ideário iluminista e tinham como objetivo central inserir seus alunos na sociedade brasileira, ao fornecer-lhes o ensino das letras, das ciências, da religião e de alguns ofícios manuais (LANNA, 2011).

### 3.1.3 A REPÚBLICA E AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL

Em referência às pessoas com deficiência, a ação do Estado foi pouco alterada com a chegada da República.

Lanna (2011), cita que

No contexto histórico de industrialização e urbanização brasileiras, processo iniciado na década de 1920 e aprofundado nas décadas de 1940 e 1950, surgiram, por iniciativa da sociedade civil, novas organizações (LANNA, 2011).

Entre as organizações estavam os movimentos pestalozziano e apaeano, os quais executaram as iniciativas fundamentais, atendendo a deficiência intelectual desse período. A deficiência era vista como um modo de loucura e o tratamento realizado em hospícios, até a metade do século XIX.

Ao decorrer do tempo, a pessoa com deficiência intelectual já foi chamada de cretina, imbecil, débil mental, idiota, mongolóide, retardada, deficiente mental, entre outros.

Influenciado pelo pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), foi fundado no Brasil, em 1926, o Instituto Pestalozzi de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Convidada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, veio trabalhar na Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte, Helena Antipoff. Educadora e psicóloga, substituiu as expressões “deficiência mental” e “retardo mental,” utilizadas na ocasião para denominar as crianças com deficiência intelectual, pela expressão “excepcional”

Helena Antipoff, criou em 1932, a Sociedade Pestalozzi do Brasil; em 1948, a Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro; e, em 1952, a Sociedade Pestalozzi de São Paulo.

### 3.2 HISTÓRIA DO MOVIMENTO APAEANO NO PARANÁ

O Estado do Paraná não foi um dos primeiros Estados a ter a fundação de uma APAE, apesar da importância desta para a sociedade. No dia 06 de outubro do ano de 1962, foi fundada na cidade de Curitiba, capital do Estado, a primeira e maior APAE do Estado do Paraná.

A APAE de Curitiba é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, que atende pessoas com deficiência intelectual, desde o nascimento até a idade avançada.

O Art. 3º do Estatuto da APAE de Curitiba, nos demonstra que

A Apae de Curitiba tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária (Estatuto da APAE-Curitiba, 2012, s.p.).

Na cidade de Curitiba, foi necessária a fundação de mais 05 escolas, pelo motivo de ser uma cidade muito grande e por possuir um número elevado de pessoas com deficiência. São elas: CEDAE – Escola de Educação Especial; CITA – Escola de Educação Especial Integração e Treinamento de Adultos; LUAN MULLER – Escola de Educação Especial; VIVENDA – Escola de Educação Especial; HENRIETTE MORINEAUX – Escola de Educação Agrícola.

Na Escola de Estimulação e Desenvolvimento – CEDAE: Ed. Infantil e Ensino Fundamental, Anos Iniciais, Modalidade Educação Especial, o grupo alvo são: bebês, prematuros, alto risco, síndromes, atrasos de desenvolvimentos neuropsicomotor e deficiência intelectual. Inclui a Educação Infantil: Estimulação Essencial e Pré-escolarização, a idade entre 0 à 5 anos e 11 meses.

O objetivo da CEDAE, segundo a APAE – Curitiba

é promover, através do processo educacional na formação do cidadão, sua estruturação para a independência, autonomia, autorealização, através do processo ensino-aprendizagem, respeitando seu desenvolvimento biopsicossocial, suas potencialidades e sua diversidade como membro de uma sociedade inclusiva (APAE-CURITIBA).

A Escola Luan Muller – Ens. Fundamental – Anos Iniciais – Modalidade Educação Especial, trabalha com alunos com deficiência intelectual e múltiplas, e idade entre 6 anos e 11 meses à 16 anos e 11 meses.

O objetivo da Escola é o aperfeiçoamento de atendimentos pedagógicos com campos de conhecimento do Ensino Fundamental, onde citamos a Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ensino Religioso, Arte, Informática, Ciências, educação Física, Educação Ambiental e Atividades Recreativas Pedagógicas.

Entretanto, a Escola Agrícola Henriette Morineau – Ensino Fundamental – Anos iniciais e Educação de Jovens e Adultos – Fase I Mod. Educação especial, possui um público alvo de adultos e adolescentes com idade à partir de 17 anos. Esta engloba a área de deficiência intelectual moderada e leve, e seu objetivo é a educação de jovens e adultos e profissionalização em cursos à partir do limite da deficiência.

A Escola Integração e Treinamento do Adulto – CITA: Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Educação de Jovens e Adultos – Fase I – Mod. Ed. Especial, possui como grupo alvo, adultos e adolescentes com idade à partir de 17 anos. A área de abrangência é a deficiência intelectual moderada.

A Escola Terapêutica Vivenda – Ens. Fundamental – Anos Iniciais e Educação de Jovens e Adultos – Fase I Mod. De Educação Especial – VIVENDA, possui um público alvo de adultos e adolescentes com idade à partir de 17 anos. Sua área de abrangência é a deficiência intelectual severa associada à distúrbios de comportamento.

De acordo com a APAE – Curitiba, têm-se como objetivo da Escola

Adoção de procedimentos para possibilitar melhor adequação comportamental e desenvolver sistemática que resulte na aquisição de habilidades básicas para a aprendizagem por meio de procedimentos que levem o aluno a melhor adaptação social e familiar, bem como desenvolver trabalho voltado para as atividades ocupacionais, através de cursos (APAE-Curitiba, s.p.).

Na primeira reunião nacional de dirigentes apaeanos do Brasil, ocorrida em São Paulo, em março do ano de 1955, na sede da sociedade Pestalozzi, a APAE de Curitiba compareceu juntamente com outras associações já existentes.

Após a realização da reunião, o número de APAEs existentes aumentou, criando-se assim a Federação Nacional e as Federações Estaduais para atender as novas instituições.



## **PERCURSO HISTÓRICO DA APAE - GUARATUBA**

### **4. 1 HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO**

No início do ano letivo de 1988, Dirlei Soeli Nicco Krebs e Arlete Pereira do Nascimento, ambas professoras de Deficiência Auditiva, obtiveram informações do Núcleo Regional de Educação – Paranaguá, que devido ao número de alunos deficientes auditivos que atendiam em suas salas de aulas, na escola Estadual Gratulino de Freitas, teriam que organizar uma turma, apenas com alunos deficientes auditivos.

Segundo o site da APAE-Guaratuba, as professoras Dirlei e Arlete, resolveram realizar uma pesquisa de campo no município, tendo como objetivo, encontrar outros deficientes auditivos para formar outra turma.

Em apenas três semanas de trabalho, verificaram que haviam no município, muitas pessoas com deficiência mental em idade escolar. Assim, passaram as informações ao Núcleo Regional, e receberam a resposta de que, com este número de pessoas com deficiência mental, poderiam constituir uma Escola Especial.

No mesmo ano de 1988, a professora Arlete Pereira, através do Secretário Municipal da Fazenda, Senhor Lindolpho Pereira do Nascimento, requisitou auxílio do Município, para a fundação da escola. Nesta mesma época, a professora Dirlei, manteve contato com as pessoas responsáveis pela Federação das APAEs do Estado do Paraná, a qual retornou informações dos procedimentos legais para atingirem seu objetivo.

As professoras Arlete e Dirlei, com a ajuda do Senhor Lindolpho e da Federação das APAEs do Estado do Paraná, organizaram a 1ª reunião para tratar de assuntos sobre a fundação de uma APAE no município de Guaratuba, a qual manteria a Escola Especial.

De acordo com o site da APAE – Guaratuba, estavam entre os convidados, representantes de todos os setores sócio-econômicos da cidade, Vereadores, Empresários, Professores, Comerciantes, Secretários Municipais, Gerentes de Bancos e de Empresas locais, todos residentes no Município. Após a narração e explicações do Manual de Fundação da APAE, o qual foi oferecido

pela Federação, as pessoas presentes candidataram-se para participarem de uma Diretoria Provisória.

Após o 1º encontro, reuniram-se no dia 14 de maio de 1988, no Clube dos 33, às 20:00 horas, a Diretoria Provisória e demais convidados, com o objetivo de eleger a nova diretoria e aprovação do Estatuto, sob a direção do Senhor Tristão da Silva Miranda.

Após a aprovação do Estatuto, passou-se para a eleição da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, de acordo com o Estatuto. Ficando constituída do seguinte modo: Presidente – Antonio Costa; Vice-Presidente – Vandir Esmaniotto; Tesoureiro – Vicente Savi; Secretária – Rosângela Crocetti; Diretora de Promoções – Sonia Aparecida L. Silva; Diretor de Obras – Sérgio Colaço de Souza; Diretor Técnico – Tristão da Silva Miranda; Diretor de Patrimônio – José Carlos de Carvalho; Diretor de Apoio – Mara Lúcia de Souza Rauh; Conselho Deliberativo – Lindolpho Pereira do Nascimento, Otto Gonçalves, Rozania Mirandil dos Souza, Margarete Mari da Costa, Marta Rosa Hessel Ribeiro, Cecília Mileo, Oreste Melchiorretto, Natanael Corrêa de Araújo, Regina G. Pereira Jorge; Conselho Fiscal – Efetivos: Valber Nogueira Ferraz Torres, Julio Gomes da Silva, Maria de Lourdes Nascimento. Suplentes: Regina Lúcia Ferraz Torres, Valéria Mendes da Silva, Júlio César Costa.

No dia 08 de julho de 1988, foram acrescentados na Diretoria, os cargos de 2º Tesoureiro – Sr. Adilson Merkle e 2º Secretário – Sr. José Carlos Rosa.

As aulas iniciaram no mês de julho de 1988, em uma casa cedida, devidamente organizada para abrigar os alunos, de propriedade do Estado, na Entidade FASPAR, com 08 alunos, 02 professores e 01 voluntário. Foi escolhido por unanimidade dos membros da Diretoria, após algumas reuniões, para homenagear a fundadora e mãe de uma aluna deficiente auditiva, o nome da Escola Especial Professora Arlete Pereira do Nascimento, onde posteriormente foi mudado para Escola de Educação Especial Professora Arlete Pereira do Nascimento.

Foi reconhecida como de utilidade Pública Municipal no dia 15/08/1988 sob a Lei nº 510, Estadual no dia 24/05/1989 sob a Lei nº 8992, e Federal no dia 31/11/1993, Portaria de nº 40, filiada à Federação Nacional das APAEs em

27/03/1989, recebendo autorização de funcionamento pela Secretaria do Estado de Educação Especial.

A Escola de Educação Especial permaneceu na FASPAR até o ano de 1993, mudando-se para a própria sede. A sede foi construída com uma quantia de dinheiro doada pela Entidade Católica Alemã, sendo um barracão doado pelo Sr. Fernando Bertoldi, em 5 lotes de terrenos cedidos pelo Patrimônio da União. O total de área construída era de 1.237 m<sup>2</sup>.

Ainda de acordo com o mesmo site, citamos os nomes dos Presidentes da APAE – Guaratuba: 1988 à 1990 – Antonio Costa; 1990 à 1992 – Antonio Costa; 1992 à 1994 – Erwin Kruger; 1994 à 1996 – Sonia Aparecida L. Silva; 1996 à 1998 – Sonia Aparecida L. Silva; 1998 à 2000 – Sonia Aparecida L. Silva; 2000 à 2002 – Darci Bucci; 2002 à 2004 – Darci Bucci; 2005 à 2006 – Darci Bucci; 2007 à 2008 – Eloacir da Silva Freitas; 2009 à 2010 – Gabriel Gonçalves.

#### 4.2 ESPAÇO FÍSICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESPECIAL

A Escola Especial Professora Arlete Pereira do Nascimento, localiza-se no Município de Guaratuba, Estado do Paraná, na Rua Joinville, nº 1605, no Bairro Piçarras.

Instalações prediais de alvenaria, incluem 40 salas, 16 banheiros, 01 pátio coberto e ambiente para trabalhos externos. As salas são adaptadas dentro das possibilidades, para atender os alunos, possuindo portas largas, rampas e mobília adequada. A escola possui também, sala de Fisioterapia, piscina térmica, sala de Fonoaudiologia, sala de Psicologia; sala de Terapia Ocupacional, sala da Assistência Social e uma Biblioteca.

#### 4.3 ESPAÇO FÍSICO

A Escola possui dois prédios, sendo que, um deles foi construído com recursos doados pela Alemanha, e o outro foi construído com recursos de eventos realizados pela própria Escola Especial e doações do Sr. Darci Bucci.

#### 4.4 ESPAÇO E ESTRUTURA PEDAGÓGICO – ADMINISTRATIVO

A Escola atualmente conta com 110 alunos matriculados, com idade entre 04 meses à 60 anos.

O quadro funcional da Escola de Educação Especial Professora Arlete Pereira do Nascimento é composto do seguinte modo: 23 (vinte e três) professores, todos com Adicional em Deficiência Mental ou Curso de Capacitação em Deficiência Mental; 03 (três) Pedagogos; 02 (dois) instrutores; 03 (três) professores de Artes, 02 (dois) professores de Educação Física, 01 (um) Coordenadora Pedagógica, 01(um) Diretora; 01(um) Vice-Diretora; 02 (dois) Fisioterapeutas; 01(um) Assistente Social; 06 (seis) Agentes Operacionais; 03 (três) Secretários Escolar; 01(um) Secretária Profissionalizante; 06 (seis) Atendentes; 03(três) Motoristas e 02(dois) Auxiliares de ônibus.

Quanto aos programas citamos os seguintes: 02 (dois) Programas de Educação Infantil, 05 (cinco) Programas de Ensino Fundamental, 09 (nove) Programas EJA – Educação de Jovens e Adultos e 08 (oito) Unidades Ocupacionais.

A escola conta também com o Clube de Mães, o qual reúne-se duas vezes a cada semana, onde executam atividades, sendo uma delas a organização de bazares, os quais são realizados através de doações.

De acordo com o site da APAE-Brasil, entende-se por educação especial

um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes da maioria das crianças e jovens (APAE, s.p.).

Desse modo, constrói-se uma instituição escolar com iniciativa, que considere e respeite a diversidade dos alunos.

Entre as atividades pedagógicas das escolas das APAEs, podemos destacar as seguintes: reuniões, planejamento, palestras.

As reuniões são realizadas quinzenalmente, incluindo o corpo docente e profissionais técnicos administrativos da escola, sendo os professores, pedagogos, instrutores, psicólogos, Serviço Social, serviço médico, serviço de fisioterapia, serviços de terapia ocupacional. A finalidade dessas reuniões é a busca do desenvolvimento na atuação do processo de ensino-aprendizagem do aluno.

Destacamos também o conselho de classe, onde a orientação se dá através dos coordenadores pedagógicos e profissionalizantes da escola, com a participação de todo corpo docente, e quando necessário são convidados pais e alunos, com objetivo de melhoria de qualidade de vida do aluno, tanto educacional quanto social, acontecendo sempre que se faz necessário.

Os professores, com orientação dos coordenadores pedagógicos e profissionalizantes, dispõem de uma hora semanal para colocar em prática todas as atividades pedagógicas necessárias à complementação de sua atuação em sala de aula.

A escola oferece disponibilidade de horário a todos os funcionários que possuem interesse a dar continuidade a seus estudos, buscando também, cursos de aperfeiçoamento profissional, oferecendo a todos.

Em se tratando da Reunião de Pais, esta dá-se uma vez por mês ou conforme necessidade, oferecendo palestras ministradas por profissionais capacitados da escola.

## **5. METODOLOGIA DE PESQUISA**

### **5.1 Procedimentos Metodológicos**

Quanto aos procedimentos metodológicos deste estudo, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico, buscando obras que tratavam sobre o tema proposto. A pesquisa bibliográfica teve seu embasamento teórico em livros, leis, artigos científicos e em bases on line. Para Gil (2010), a importância da pesquisa bibliográfica, “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de

uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. (GIL, 2010, p. 30).

Vale salientar que os procedimentos metodológicos utilizados no trabalho foram fundamentados na utilização do método qualitativo, que conforme Richardson (2010), “justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a *natureza* de um fenômeno social”. (RICHARDSON, 2010, p. 79). Já para Minayo, “a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado [...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 22).

Quanto ao tipo de pesquisa, entendemos ser exploratória, pois buscamos pelos aspectos ainda desconhecidos do objeto de estudo, caracterizando uma primeira aproximação.<sup>2</sup>

As dificuldades e limites desta pesquisa dizem respeito a dificuldade de acesso a obras que tratam sobre o tema proposto.

---

<sup>2</sup> De acordo com Gil (2010), o método exploratório “objetiva determinar o campo de investigação, as expectativas dos interessados, bem como o tipo de auxílio que estes poderão oferecer ao longo do processo de pesquisa” (GIL, 2010, p. 152).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo problematizou o surgimento da APAE no Brasil e no Estado do Paraná, como também no Município de Guaratuba, para que tivéssemos compreensão de sua história e das ações e atividades que este movimento realiza na sociedade.

De acordo com o site da APAE – Brasil, entende-se por educação especial

um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes da maioria das crianças e jovens.

Constrói-se assim, uma instituição escolar com iniciativa, que considere e respeite a diversidade dos alunos.

Apresentou historicamente a situação da pessoa com deficiência na sociedade, discutindo sobre a implantação das Federações das APAEs dos Estados – Feapaes e da Federação Nacional das APAEs – Fenapaes, e as contribuições deixadas no contexto das ações voltadas para pessoas com deficiência.

Quanto à estrutura do Movimento, observamos que os quatro níveis (APAE no Município, Conselho Regional, Federação das APAEs dos Estados e Federação Nacional das APAEs), trabalham com o objetivo de construir uma sociedade íntegra e solidária e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, defendendo e lutando por seus direitos.

Percebemos que no decorrer da história, os esforços do Movimento Apaeano foram na atuação da defesa de direitos e na prestação de serviços para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Foram estas progressivamente, participando e sendo incluídas nas diversas sociedades, firmando relações e garantindo seus direitos e conquistando sua cidadania.

Desse modo, podemos lembrar que essa difícil luta foi encadeada pelos pais e amigos que estavam à frente ao Movimento Apaeano, proporcionando assim, o reconhecimento no Brasil e no exterior.

Com a elaboração da bula papal no ano de 1496 pelo Papa Inocêncio VIII, explicava a perseguição aos cristãos e a pena de morte de pessoas com qualquer deficiência ou transtorno mental.

Passamos também pela época em que acreditava-se que pessoas com deficiência intelectual, não eram recuperáveis e a deficiência irreversível, restando-lhes unicamente os hospícios e asilos.

A Educação Especial apontou com iniciativas de Maria Montessori, Pestalozzi, entre outros, tornando-se a escola em um espaço inclusivo, almejando pela educação nas diferenças. Verificamos também, que foi na década de 1990, nos países em desenvolvimento, que o movimento de inclusão conquistou força.

O número de filiadas cresce a cada ano, sendo assim, os gestores que estão à frente da Federação Nacional das APAEs, das Federações das APAEs dos Estados, APAE no Município e Conselho Regional, necessitam ter completo conhecimento das leis, com preparo e qualificação, para que possamos ter um desempenho adequado dos dirigentes, de acordo com a realidade dos dias atuais.

De acordo com o Manual de Fundação das APAEs

Tamanha responsabilidade obriga os gestores a promover ações positivas e amparadas nos estatutos apaeanos e na Política de Atenção Integral e Integrada para as Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla da Fenapaes, para que somente ações positivas, cercadas dos critérios e cuidados necessários venham a ser implementadas (ARACY LÊDO, 2014, p. 05).

Assim, entendemos que a APAE – Guaratuba é uma instituição disciplinada e muito ativa no Município do Litoral Paranaense, favorecendo a inclusão da pessoa com deficiência.

Observamos que apesar das evoluções e leis que amparam as pessoas com deficiência, a partir do histórico descrito, até então, existe um espaço que separa realização e teoria. Essas pessoas são cidadãos munidos de direitos e leis especiais, apresentando-se, entre estas, o direito de receber uma educação e um acolhimento de qualidade.

O desempenho de instituições especializadas no atendimento de alunos com deficiência, em especial a APAE de Guaratuba, colabora muito para a inclusão social, promovendo a cidadania dessas pessoas. A APAE representa



um caminho que está sendo construído por várias pessoas, para que tenhamos uma sociedade justa, que garanta todos os direitos.

Observamos que com a mudança e modificação da sociedade, as pessoas que ao longo da história foram discriminadas e afastadas da convivência com outras pessoas, passaram junto à suas famílias, a se organizar e a exigir os seus direitos, entre eles, o direito à escola.

A educação inclusiva ainda está sendo elaborada em cada Município, em cada escola e em cada APAE, colaborando sempre com um método educacional de qualidade para seus alunos.

Acreditamos que este trabalho proporcione a ampliação desta discussão, analisando os questionamentos sobre as APAEs e os direitos sociais das pessoas com deficiência, para que possamos ter um desempenho apropriado das APAEs, com a realidade contemporânea.

Aproveito também, para referir a intenção de, em um futuro, prestar serviços como Assistente Social na APAE - Guaratuba, por se tratar do mesmo Município ao qual atualmente resido.

## REFERÊNCIAS

APAE – Curitiba. Disponível em:

<http://curitiba.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=23099> Acesso em: 2016-05-10

Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência. Disponível em:

<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf> Acesso em 2016-05-18

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em:

<http://www.saude.curitiba.pr.gov.br/index.php/programas/pessoa-deficiencia/quem-e-a-pessoa-com-deficiencia/> Acesso em 2016-04-25

CORRER, Rinaldo. **Deficiência e inclusão social: construindo uma nova comunidade**/Rinaldo Corrêr. – Bauru, SP:EDUSC, 2003.

Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Disponível em:

[http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf)

Acesso em 2016-04-13

Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes Mentais. Disponível em:

[http://www.direitoshumanos.gddcpt/3\\_7\\_5.htm/](http://www.direitoshumanos.gddcpt/3_7_5.htm/) Acesso em 2016-04-13

Decreto nº 82, de 18 de julho de 1841. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-82-18-julho-1841-561222-publicacaooriginal-84711-pe.html> Acesso em 2016-04-24

FACION, José Raimundo. **Inclusão escolar e suas implicações**/José Raimundo Facion, organizador; Carmen Lúcia Guimarães de Mattos [et al.]. 2. Ed. Ver. E atual. – Curitiba: Ibpx, 2009.

FEAPAES-RJ. Disponível em:

<http://www.apaerj.org.br/artigo.phtml/3479comonasceumaAPAE>? Acesso em: 2016-04-24

FEDERAÇÃO das APAEs do Estado do Paraná. Um pouco sobre o movimento das APAES. Disponível em: <http://www.apaepr.org.br/noticias.phtml/> Acesso em: 19 Set. 2011.

FENAPAES – Federação Nacional das Apaes. Disponível em:

<https://www.apaebrasil.org.br/#/> Acesso em: 2016-04-25

Histórico APAE-Guaratuba. Disponível em:

<http://guaratuba.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=2596>\_Acesso em: 2016-05-06

MAFRA, Joaquim da Silva. **História do Município de Guaratuba**/Joaquim da Silva Mafra. – Guaratuba, 1952.

Manual para Novos Dirigentes das Apaes do Estado de Minas Gerais. Disponível em: Acesso em 2016-04-23

Manual de Fundação das APAEs – Diretoria da Fenapes – Mandato 01/01/2012 a 31/12/2014

Prefeitura Municipal de Guaratuba. Disponível em:

<http://www.guaratuba.pr.gov.br/portal/> Acesso em 2016-03-26

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**/ Lúcia Cristina dos Santos Rosa, Ivana Carla Garcia pereira, José Augusto Bisneto; Eduardo Mourão Vasconcelos, (org.). - 3. Ed. –São Paulo: Cortez, 2006.